

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016.-----

Aos trinta (30) dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis (2016), às nove (9) horas, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Salmourão, situado na rua Professor Roberto Hottinger, 70, realizou-se a Audiência Pública para Avaliação das Metas Fiscais do 1º trimestre de 2016, presidida pela Vereadora **Sônia Cristina Jacon Gabau**. Também presente os Vereadores Marcelo da Silva e Eduardo Oliva Fernandes e os cidadãos: Paulo Sérgio Cordeiro, Carlos Henrique Lopes Bogalhos, Divanete da Costa Silva Cordeiro e Édís Gabau. Representando a Prefeitura o Sr. Marcelo da Silva. Iniciando a audiência a Presidente agradeceu a presença de todos e passou a palavra ao representante da Prefeitura, Marcelo da Silva, que é contador da Prefeitura e também vereador nesta Casa, para suas considerações. O Sr. Marcelo distribuiu a todos alguns relatórios confeccionados para o acompanhamento e compreensão dos dados a serem apresentados. Iniciou falando da receita corrente que no primeiro trimestre de 2016 foi de R\$ 4.332.303,35, que corresponde a 25,05% do previsto no orçamento. Esse percentual mostra que até agora a arrecadação se comportou conforme previsto no orçamento municipal. A despesa liquidada no período foi de R\$ 4.427.997,09, o que gerou um deficit de R\$ 95.693,74 que precisará ser adequado pela administração municipal. A receita corrente líquida dos últimos doze meses atingiu R\$ 12.896.848,07 e a despesa com pessoal foi de R\$ 6.939.820,22, atingindo um percentual de 52,58%, portanto acima dos limites prudencial e de alerta. Esse índice mostra que a administração municipal deverá tomar atitudes para reduzir a despesa com pessoal. Sobre a aplicação de recursos do FUNDEB disse que a prefeitura já aplicou 107,03%, ou seja, mais do que recebeu do fundo; disse ainda que quase a totalidade deste recurso tem sido utilizado para pagamento de profissionais do magistério e apenas 2,91% foi empenhado em outras despesas. Disse que este índice pode ser enganoso caso não reflita em melhoria na qualidade de ensino. Lembrou também que toda a vez que a prefeitura aplica mais do que o exigido e sinal de que vai faltar dinheiro em outro local. Explicou que o mesmo tem acontecido com a saúde, onde a despesa deveria girar em torno de 15% e o município já aplicou 25,46%, muito acima do exigido, ou seja, alguma outra área do município está sendo sacrificada. Finalizou dizendo que o município já aplicou 29,68% na educação, valor também bem acima do mínimo exigido que é de 25%. Encerrada a apresentação do Sr. Marcelo da Silva, foi aberta a audiência para perguntas. A presidente perguntou se existe o risco da prefeitura ultrapassar o limite de gasto com pessoal. O Sr. Marcelo explicou que isso dependerá da evolução da receita, porém, o risco é grande já que a previsão é de queda de receita, em especial do FPM. Explicou que a previsão é de que em junho o FPM caia cerca de 17% em relação a maio e em julho mais 14% em relação a junho. O Sr. Paulo Sérgio perguntou o que a administração deve fazer para diminuir o gasto com pessoal. O Sr. Marcelo respondeu que as atitudes estão previstas na legislação orçamentária, a princípio corte de horas extras e gratificações, demissão de comissionados e temporários, entre outras. A presidente questionou sobre o salário dos professores para o próximo ano. O Sr. Marcelo disse que se a atual situação do país não melhorar haverá pequeníssima margem de aumento para os professores. O Sr. Paulo Sérgio lembrou que se persistir o índice de despesa com pessoal em 52,58% será impossível ao município dar aumento aos professores, mesmo que o governo aumento o valor do piso salarial, em seguida perguntou se a prefeitura tem feito compensação de tributos junto a Receita Federal. O Sr. Marcelo respondeu afirmativamente, explicou que trata-se de uma atitude do departamento jurídico e de uma empresa contratada para este fim, que o setor de contabilidade não opinou sobre o assunto e que, em seu ponto de vista, trata-se de uma atitude perigosa e que pode trazer um enorme passivo ao município. O Sr. Paulo completou dizendo que o Tribunal de Contas está preocupado com esta situação e que, em seus encontros tem insistido neste assunto, inclusive, já determinou que este tipo de compensação não seja realizada sem ordem judicial para que esta ação não seja enquadrada futuramente como crime de responsabilidade. Não houve mais uso da palavra. Como não havia mais nada a tratar, a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a Audiência Pública e, para constar, foi lavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pela Senhor Presidente e pelo Secretário designado. Câmara Municipal em 30 de maio de 2016.-----

SÔNIA CRISTINA JACON GABAU
Presidente da Câmara

MARCELO DA SILVA
Membro CFOC